



Acumulação por espoliação e a territorialização do capital agroflorestal nos municípios de Açailândia e São Francisco do Brejão, Maranhão, Brasil

Accumulation by spoliation and the territorialization of agroforestry capital in the municipalities of Açailândia e São Francisco do Brejão, Maranhão, Brazil

Allison Bezerra Oliveira * 

Diego Armando de Sousa Paz ** 

José Alencar Viana de Araújo *** 

Resumo

Este trabalho tem como objetivo compreender o processo de acumulação por espoliação, provocado pela territorialização do capital agroflorestal nos municípios de Açailândia e São Francisco do Brejão, estado do Maranhão, Brasil. Está estruturado em duas etapas: a primeira abrange o referencial teórico e a sistematização de dados secundários, com dados oriundos de órgãos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), enquanto a segunda etapa envolve a sistematização de dados primários, obtidos por meio de estudos de campo em fazendas produtoras de eucalipto e nas comunidades próximas a essas fazendas, resultando em registros fotográficos além de produção cartográfica. Os resultados sugerem que, nos municípios pesquisados, a territorialização do capital agroflorestal vem intensificando a acumulação por espoliação, o que se observa em mudanças que impactam desde a especulação do valor da terra, a concentração fundiária e a desapropriação de terras até a produção dos principais produtos agrícolas regionais e o desenvolvimento de práticas que prejudicam a produção agrícola nas localidades próximas às áreas de eucalipto.

Palavras-chave: desapropriação de terras; eucalipto; concentração fundiária; territorialização do capital agroflorestal.

* Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, Imperatriz, MA, Brasil.

E-mail: allisonbZR@gmail.com

** Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil. E-mail: d.armando147@gmail.com

*** Mestre em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.

E-mail: geo.j.alencar@gmail.com

Abstract

This work aims to understand the process of accumulation by spoliation, caused by the territorialization of agroforestry capital in the municipalities of Açailândia and São Francisco do Brejão, state of Maranhão, Brazil. It is structured in two stages: the first covers the theoretical framework and the systematization of secondary data, with data from agencies such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), while the second stage involves the systematization of primary data, obtained through field studies in eucalyptus producing farms and in the communities near these farms, resulting in photographic records as well as cartographic production. The results suggest that, in the surveyed municipalities, the territorialization of agroforestry capital has intensified accumulation by plundering, which is observed in changes that impact from the speculation of the value of the land, land concentration and expropriation until the production of the main regional agricultural products and the development of practices that harm agricultural production in localities near eucalyptus areas.

Keywords: expropriation of land; eucalyptus; land concentration; territorialization of agroforestry capital.

Introdução

A acumulação por espoliação, segundo Harvey (2003), é marcada por práticas predatórias sobre o espaço, impulsionadas pela acumulação e reprodução do capital. Ele destaca que as práticas de "acumulação primitiva" do capitalismo, presentes desde seus primórdios, continuam, mas agora com a participação de grandes empreendimentos financeiros e internacionais, além da intervenção estatal.

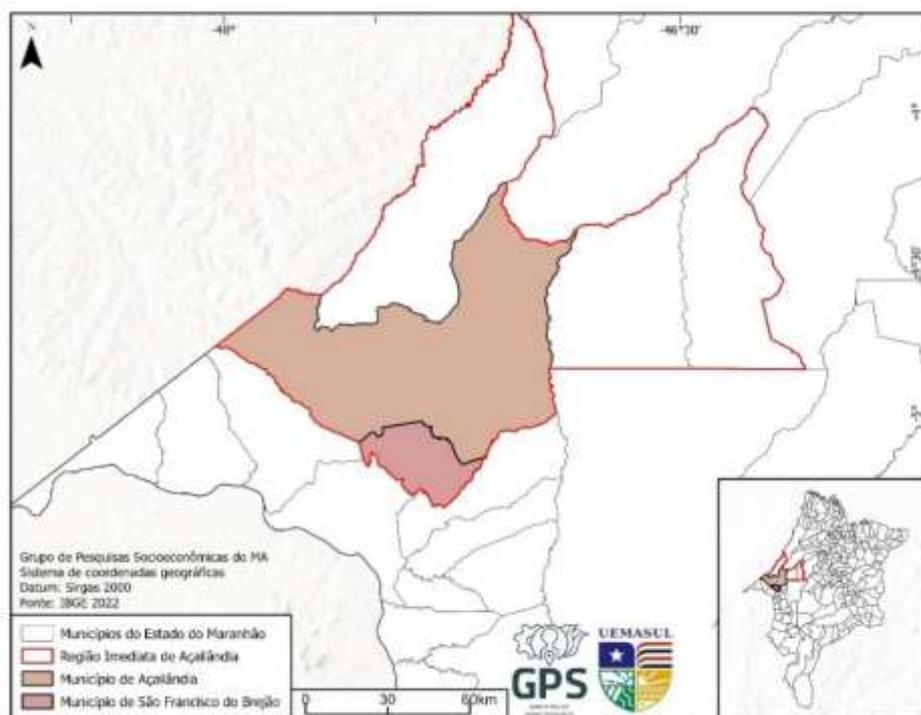
Assim, o processo de acumulação é amplamente impulsionado pelas demandas do mercado global, que enxerga nos países periféricos uma oportunidade de exploração para a produção de matérias-primas. Harvey (2003) destaca que a acumulação por espoliação se agrava especialmente em países periféricos, onde historicamente têm ocorrido práticas predatórias como endividamento excessivo, privatização de recursos naturais e terras, entre outras, frequentemente resultando em prejuízos para os direitos sociais e ambientais.

Dentro dessa lógica, os municípios maranhenses de Açailândia e São Francisco do Brejão, no estado do Maranhão, exemplificam a exploração de áreas periféricas para atender às demandas do mercado global. Grandes empreendimentos industriais, apoiados pelo capital financeiro e internacional, e facilitados pelo Estado, exploram os recursos

locais para a produção de matéria-prima. No final do século XX e início do XXI, o capital agro-mínero-exportador teve grande influência nas estruturas econômicas e sociais da região (Oliveira; Paz; Pereira, 2021).

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é compreender o processo de acumulação por espoliação, provocado pela territorialização do capital agroflorestal nos municípios de Açailândia e São Francisco do Brejão, Maranhão, Brasil. Tais municípios compreendem o recorte espacial da pesquisa, conforme Mapa 1. Oliveira, Paz e Pereira (2021) destacam que essas localidades são importantes por fazerem parte da região pioneira no cultivo de eucalipto no estado. Além disso, é uma região caracterizada pela concentração de terras, grilagem, conflitos agrários e baixos indicadores sociais.

Mapa 1 – Localização dos municípios de Açailândia e São Francisco do Brejão, Maranhão, Brasil



Fonte: IBGE (2022). **Org.:** Os autores (2023).

Desse modo, a pesquisa envolveu duas etapas. A primeira etapa é relativa ao levantamento do referencial teórico e à sistematização de dados secundários, estes extraídos de fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Do IBGE foram coletados dados sobre a produção de eucalipto, produção agrícola local e estrutura

fundiária dos municípios de Açailândia e São Francisco do Brejão, usados para calcular o Índice de Gini Terra (IG Terra). E do INCRA foram obtidos dados sobre o valor médio da terra nua em hectares (VTN/ha médio).

A segunda etapa envolveu a sistematização de dados primários, obtidos por meio de estudos de campo em fazendas produtoras de eucalipto e nas comunidades próximas a essas fazendas, resultando em registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas¹. Além disso, nessa etapa também foi realizado um trabalho cartográfico, incluindo a elaboração de mapas de localização e das áreas de cultivo de eucalipto nos municípios pesquisados.

O artigo está organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, discute-se como o fenômeno da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) vem historicamente intensificando a acumulação por espoliação, sobretudo em países periféricos, como é o caso do Brasil. Na segunda parte, demonstra-se a expansão da fronteira agroflorestal no Maranhão e como essa atividade produtiva intensificou o papel do estado frente à nova DIT. A terceira e última seção é dedicada a entender os avanços da fronteira agroflorestal e a intensificação da acumulação por espoliação nos municípios de Açailândia e São Francisco do Brejão.

A Divisão Internacional do Trabalho e a intensificação da acumulação por espoliação

Para entender a dinâmica entre países centrais e periféricos, no contexto da especialização produtiva e da acumulação por espoliação em países periféricos como o Brasil, é necessário revisar o processo de DIT ao longo da hegemonização do capitalismo. Segundo Sposito e Santos (2012), essa dinâmica remonta ao capitalismo comercial dos séculos XV e XVI, quando as colônias (países periféricos) eram exploradas social e economicamente pelas metrópoles (países centrais). Durante o período colonial, as colônias forneciam matéria-prima, enquanto as metrópoles produziam manufaturados para exportar de volta a elas.

Harvey (2003) destaca que a dinâmica de acumulação de capital nessa fase do capitalismo permitiu que as metrópoles europeias acumulassem capital a ponto de servir como base para o surgimento e expansão das indústrias nos séculos XVIII e XIX, dando

¹ Ressalta-se que as entrevistas foram feitas durante pesquisa de mestrado de um dos autores deste trabalho.

espaço para o advento do capitalismo industrial. Nessa nova fase do capitalismo, a DIT não foi muito alterada, no entanto novos atores passaram a se destacar, a partir da independência de países que anteriormente eram colônias.

Na fase do capitalismo industrial, muitos países – especialmente aqueles que se tornaram independentes – continuaram a produzir matéria-prima exportada para os países industrializados, que, nessa fase, passaram a vender produtos manufaturados. Esse padrão acentuou a dependência econômica da periferia em relação aos centros industriais, perpetuando assim desigualdades econômicas e sociais globais (Sposito; Santos, 2012).

No processo de industrialização dos países subdesenvolvidos a partir do século XX, conhecido como industrialização tardia ou periférica, e com a intensificação do capital financeiro, surge uma nova DIT, acompanhada por novos mecanismos de acumulação capitalista. Entre eles, destaca-se o processo de financeirização da terra, que tem intensificado a acumulação por espoliação. (Harvey, 2013; Sposito; Santos, 2012).

A nova DIT baseia-se, pois, na coexistência de duas divisões. Uma é representada pelas relações econômicas entre os países subdesenvolvidos e não industrializados, que exportam matéria-prima para os países desenvolvidos, os quais, por sua vez, exportam produtos industrializados, investimentos diretos e financiamentos. A outra divisão está relacionada aos países subdesenvolvidos e industrializados, que exportam para aqueles desenvolvidos não apenas matéria-prima, mas também produtos industriais, lucros de empresas multinacionais, capital especulativo e pagamento de juros e da dívida externa. Estes, por seu turno, exportam produtos industrializados, tecnologia, investimentos diretos e financiamentos (Sposito; Santos, 2012).

O Brasil sempre esteve em uma posição de subordinação dentro do processo produtivo global. Desde o período colonial, priorizou a exportação de produtos agrícolas e minerais, especializando-se no setor primário da economia. Essa especialização reflete uma inserção desigual na economia mundial, com o país atuando frequentemente como fornecedor de matérias-primas para os países desenvolvidos, com exceção atualmente da China (Pereira, 2010).

A partir da década de 1960, mesmo com esforços para modernizar a agricultura e a indústria, incluindo setores de alta tecnologia, o país não obteve melhorias significativas

na qualidade de vida da população. Pelo contrário, esses processos muitas vezes ampliam desigualdades ao serem expandidos de forma excludente pelo território.

Pereira (2010) destaca que a mecanização agrícola e a expansão da fronteira agrícola exemplificam a subordinação do Brasil na DIT, pois, embora a exportação industrial tenha superado a agrícola em geração de divisas, o agronegócio ainda desempenha um papel central no mercado externo. O autor argumenta que, nas últimas décadas, com a crescente demanda internacional por matérias-primas agrícolas, o Brasil tem se consolidado como um país agroexportador na DIT. Isso provoca uma distribuição desigual do espaço, com a expansão do capital impactando áreas de pequenas produções.

Um caso a ser ressaltado é o da cadeia produtiva de papel e celulose que, nas últimas décadas, atrelada a esse novo momento da DIT, tem sofrido um intenso processo de desindustrialização pelo mundo. Com isso, países periféricos, como o Brasil, passam a exercer o papel de produtor de matéria-prima – no caso, a celulose – para a produção de papel (Oliveira; Silva, 2020; Perpetua; Kröger; Thomaz Junior, 2017).

Em contraposição, as etapas que agregam maior valor e possuem menor custo produtivo, ligadas à indústria do papel, têm crescido nos países centrais. Perpetua, Kröger e Thomaz Junior (2017) destacam que essa dinâmica dentro da DIT fomenta um discurso ilusório de desenvolvimento dos países periféricos. Nessa perspectiva, o novo extrativismo, exemplificado pela extração de eucalipto para a produção de celulose, é apresentado como a melhor, ou pelo menos a mais viável, opção entre os modelos de desenvolvimento.

Dentro do contexto global dominado pelo capitalismo e pela DIT, países periféricos como o Brasil, ao focarem na produção e exportação de commodities como celulose, assumem as etapas de menor valor agregado e maior impacto socioambiental. Assim, funcionam como centros nodais em uma rede de acumulação econômica polarizada, marcada pela acumulação por espoliação, que favorece os países desenvolvidos. (Harvey, 2003; Kröger, 2013; Perpetua; Kröger; Thomaz Junior, 2017).

O novo papel do Maranhão na Divisão Internacional do Trabalho diante da expansão do capital agroflorestal

O Maranhão teve um papel importante no contexto internacional, especialmente com a criação da Companhia Geral do Comércio do Maranhão e Grão-Pará em 1755, que foi crucial para o desenvolvimento econômico e a intensificação da participação do estado na DIT. A companhia impulsionou o comércio de produtos agrícolas e extrativos com a Europa, ampliando as exportações e fortalecendo as relações comerciais internacionais. Segundo Furtado (1986), o Maranhão se destacou especialmente na produção de algodão e arroz.

Todavia, com o declínio dos ciclos do algodão e do arroz, no fim do século XIX, a produção de cana-de-açúcar emergiu como uma atividade econômica importante para o estado. Apesar disso, o crescimento na produção e exportação de açúcar no Maranhão não teve continuidade após a abolição da escravatura, em 1888, uma vez que os produtores contavam com os baixos custos da mão de obra escravizada (Ferreira, 2008).

Nesse mesmo contexto, ainda no século XIX, outra atividade econômica destacou-se, reafirmando o lugar do estado na dinâmica global da DIT: o extrativismo do coco babaçu (Mesquita *et al.*, 2015). “Após o colapso da economia algodoeira maranhense, ainda houve a tentativa de novamente garantir um crescimento de sua economia, dessa vez com outro produto, o óleo de babaçu” (Rolim Filho, 2016, p. 54).

Segundo o autor, essa atividade econômica era baseada na exploração do trabalho das quebradeiras de coco, em um processo essencialmente manual. Para fazê-lo, essas mulheres dependiam de adentrar propriedades privadas a fim de extrair o babaçu, sendo muitas vezes impedidas disso por não serem proprietárias das terras. Mesquita *et al.* (2015) explicam que esse foi um dos motivos de o extrativismo do babaçu quase ter desaparecido na década de 1980, junto com a concorrência externa do óleo de palmiste.

No entanto, a dinâmica de acumulação do capital no estado assume novas proporções à medida que, mesmo que tardiamente, o Maranhão se industrializa a partir da década de 1960. Grandes empreendimentos industriais – como o projeto Alumar (1984), que transforma a bauxita do Pará em alumina e alumínio, e o Programa Grande Carajás (PGC) (1985), dedicado à extração e transporte de minério de ferro – começaram a influenciar significativamente a região. Embora o PGC esteja localizado no Pará, sua ferrovia teve um grande impacto no Maranhão, contribuindo para a

instalação de siderúrgicas, especialmente no município de Açailândia (Oliveira; Paz; Silveira, 2020; Rolim Filho, 2016).

O PGC foi iniciado em 1980, como uma estratégia estatal para a exploração em larga escala de recursos minerais, sob a liderança da então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Um dos resultados significativos do programa foi a implementação da Estrada de Ferro Carajás (EFC), um extenso corredor de exportação de minério, que atravessa 21 municípios nas regiões Norte e Nordeste, estendendo-se da Serra dos Carajás até o Porto de Itaqui, em São Luís, capital do Maranhão. O principal objetivo era facilitar o transporte de minério de ferro até o litoral para ser exportado (Oliveira; Paz; Silveira, 2020).

A introdução do eucalipto no Maranhão está inicialmente relacionada a instalação de siderúrgicas e guseiras às margens da EFC no município de Açailândia, que tinha como principal finalidade a produção de carvão vegetal como insumo energético. Nos anos 1990, essa fronteira se expandiu junto à nova fronteira agrícola do país, o MATOPIBA, destacando-se a monocultura da soja para exportação, especialmente no sul do Maranhão (Matias, 1994; Cunha, 2015; Oliveira; Paz; Silveira, 2020).

Nesse mesmo período, outro fator preponderante para a expansão das áreas de eucalipto no Maranhão foi o projeto de criação de uma indústria de celulose no estado, mais especificamente no oeste maranhense: a Celmar. De acordo com Matias (1994), em relação à aquisição de terras pela Celmar, foram adquiridos cerca de 2.148,75 hectares até 1993 para a construção da fábrica e o cultivo de eucalipto. A expansão incluiu outras áreas nos municípios de Estreito, Itinga do Maranhão, Vila Nova dos Martírios, Cidelândia e São Pedro da Água Branca, além de municípios no estado do Pará.

Mesquita *et al.* (2015) afirmam que no município de Açailândia a plantação em larga escala de eucalipto se tornou a segunda atividade econômica mais significativa, com uma concentração de terras superada apenas pela pecuária. As extensas áreas de eucalipto estavam intimamente relacionadas à atividade industrial, dominada por cinco siderúrgicas no distrito industrial de Piquiá, quais sejam: Ferro Gusa do Maranhão (Fergumar), Gusa Nordeste, Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, Siderúrgica do Maranhão (Simasa) e Viena Siderúrgica.

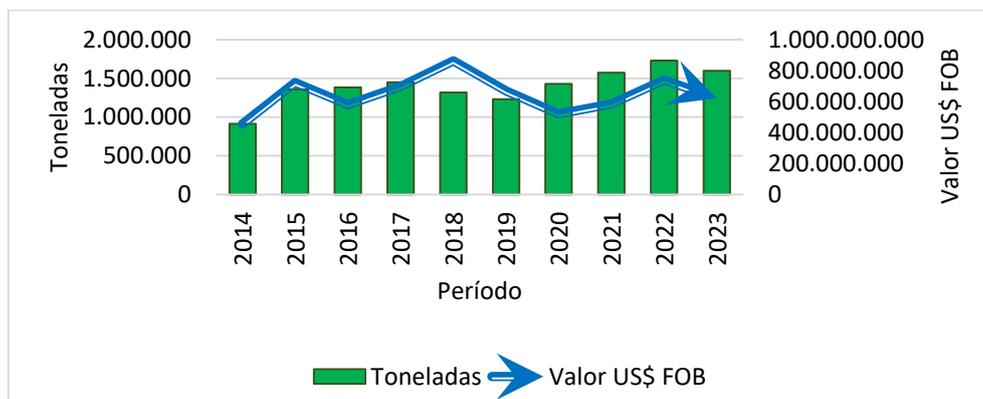
Apesar de uma condição favorável à implantação da Celmar no Maranhão, em razão de mudanças estratégicas e da privatização da CVRD, o projeto foi encerrado no

final dos anos 1990. Com o processo de desinvestimento da CVRD no setor de papel e celulose, a plantação de eucalipto passou a ser destinada à produção de carvão vegetal para abastecer as usinas siderúrgicas em Açailândia (Oliveira; Pereira; Araújo, 2021).

Todavia foi com a instalação da indústria Suzano Papel e Celulose S/A, no início do século XXI, no município de Imperatriz, que o Maranhão adquiriu um novo papel na economia global e na dinâmica da DIT, como fornecedor de celulose para os Estados Unidos, China e alguns países da Europa. Uma evidência disso é o acordo de compra de 80 mil hectares de eucalipto com a Vale Florestar, na Região Tocantina do Maranhão (Oliveira; Paz; Salles, 2023).

A partir desse contexto, tem-se na produção de celulose uma das atividades industriais mais significativas da economia do Maranhão, ocupando um lugar destacado na pauta de exportações do estado. No Gráfico 1 é possível observar que, de 2014 a 2023, houve um aumento substancial nas exportações de celulose no Maranhão: de 915.718 para 1.597.958 toneladas. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, as exportações maranhenses de celulose alcançaram US\$ 622,3 milhões em 2023 (Brasil, 2024).

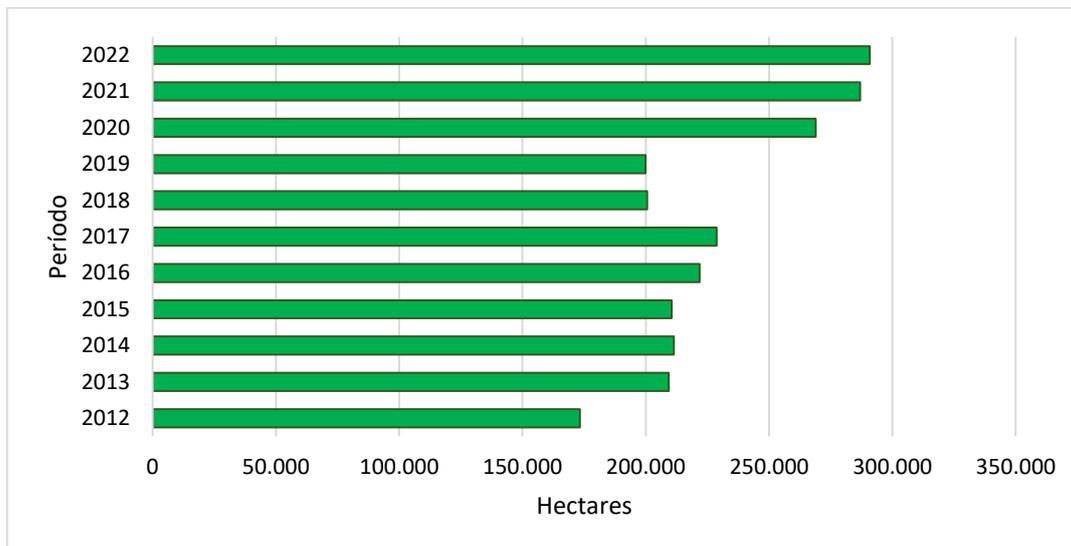
Gráfico 1 – Exportação de celulose no estado do Maranhão (2014-2023)



Fonte: Brasil (2024). Org.: Os autores (2024).

Em consonância com o processo de exportação de celulose no Maranhão, observa-se um avanço das áreas de eucalipto no estado (Gráfico 2). Durante o período de 2014 a 2022, houve um significativo aumento dessas áreas, que passaram de 173.324 hectares para 290.846 hectares, um crescimento de cerca de 67,80%. Esse avanço está diretamente ligado à expansão da produção de celulose destinada ao mercado internacional.

Gráfico 2 – Áreas de plantio de eucalipto no Maranhão (2012-2022)



Fonte: IBÁ (2024). Org.: Os autores (2024).

Desse modo, para fomentar o crescimento da produção de celulose no estado do Maranhão, torna-se necessário adotar estratégias de apropriação e incorporação de terras, baseadas no processo de acumulação de capital. Essas estratégias incluem desde a compra e parcerias entre grandes empreendimentos florestais até o arrendamento de terras por parte de outros fazendeiros da região.

Nesse sentido, no Maranhão, o arrendamento tem sido uma estratégia para expandir a base florestal, resultando na territorialização da fronteira do eucalipto pelo capital agroflorestal. Conseqüentemente, essa dinâmica impulsiona a produção de celulose, intensificando a inserção do estado na economia global. No entanto, essa expansão agrava a acumulação por espoliação, prejudicando pequenos produtores e reduzindo a oferta de empregos na região (Oliveira; Paz; Silveira, 2020).

Avanço da fronteira agroflorestal e a intensificação da acumulação por espoliação nos municípios de Açailândia e São Francisco do Brejão

Nos municípios de Açailândia e São Francisco do Brejão, a criação de territórios para o grande capital é evidenciada pelo processo de territorialização do agronegócio, no qual o setor de celulose também está inserido. Esse processo envolve a expansão de grandes propriedades rurais, a concentração de terras e a substituição de atividades agrícolas tradicionais por monoculturas voltadas para a exportação.

Cavalcante (2020) aborda que a territorialização do capital agrícola está fundamentada na busca incessante pelo lucro. Cada vez mais, grandes empreendimentos voltados para o agronegócio vêm incorporando extensões de terras no campo, criando territórios destinados à produção capitalista.

A partir desse processo de territorialização, torna-se cada vez mais evidente, dentro da região de estudo, a presença de capitais importantes, como máquinas, insumos, infraestrutura e matérias-primas, ou seja, a territorialização do capital agrícola não se limita apenas à apropriação do espaço, mas também envolve a introdução de uma lógica produtiva altamente especializada e mecanizada.

De acordo com Raffestin (1993), o território se forma a partir do espaço e resulta da ação de agentes que se apropriam desse espaço e o transformam em território. A formação do território, portanto, é marcada por relações de poder. Nessa perspectiva, o setor de celulose, com sua vasta base florestal, destaca-se como um dos principais agentes na criação de territórios dentro dos municípios, com o objetivo de atender às necessidades de produção e às demandas internacionais.

Assim, o capital agroflorestal tem se expandido e se apropriado de espaços nos municípios de Açailândia e São Francisco do Brejão. Esse processo pode ser percebido por diversos fatores, como a presença de grandes investimentos, as mudanças na paisagem e o surgimento de problemas socioterritoriais.

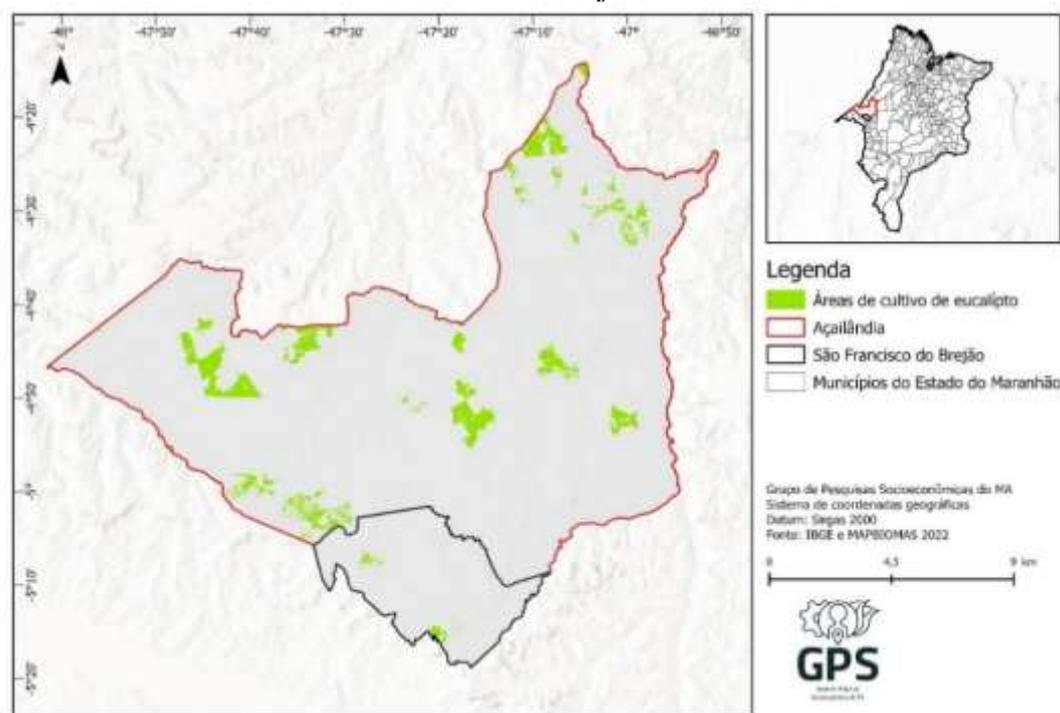
A partir disso, tem-se o capital internacional, que representado por grandes empreendimentos capitalistas, bancos, investidores e outras entidades financeiras globais, surge como um grande elo para o avanço das áreas de eucalipto em Açailândia e São Francisco do Brejão. Esse avanço é caracterizado pela construção de territórios e pela hegemonização do grande capital em detrimento das pequenas atividades econômicas locais que por vezes tendem a gerar conflitos devido a sua alta demanda por terras.

Dessa maneira, o processo predatório de hegemonização do grande capital em prejuízo dos pequenos produtores locais é denominado de “acumulação por espoliação”, definido como o saque sistemático de recursos, terras e riquezas das comunidades locais em benefício do grande capital (Harvey, 2003).

Nesse sentido, a reprodução do capital, especificamente o capital agroflorestal, também revela essa dinâmica de acumulação descrita por Harvey (2003), uma vez que

esse processo é impulsionado pelo capital internacional. O Mapa 2 demonstra a presença das áreas de eucalipto nos municípios de Açailândia e São Francisco do Brejão, evidenciando a força do capital agroflorestal nessas localidades.

Mapa 2 – Localização de áreas com cultivo de eucalipto nos municípios de Açailândia e São Francisco do Brejão, em 2022

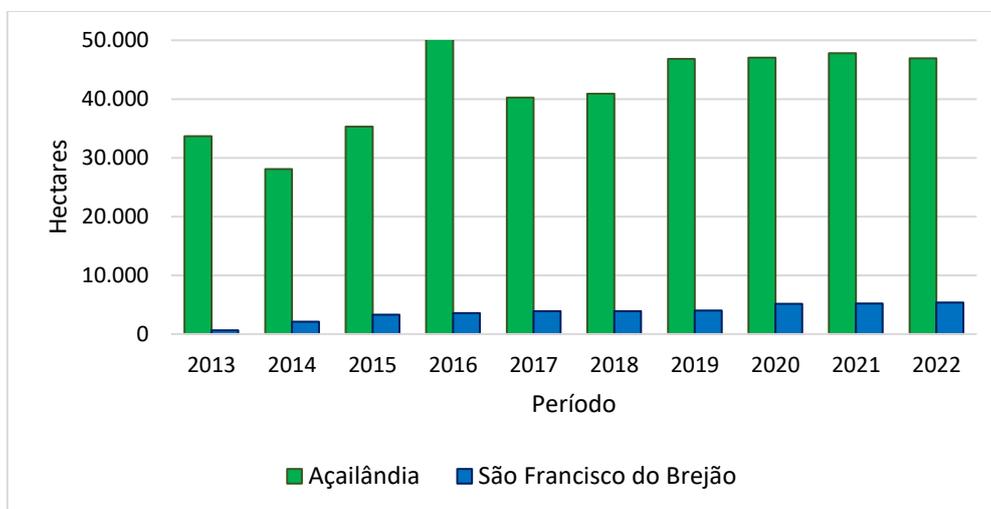


Fonte: IBGE (2022); Mapbiomas (2023). **Org.:** Os autores (2024).

Harvey (2003) explica que atualmente o processo de apropriação da terra é denominado de “novos cercamentos”, em referência aos “cercamentos” que ocorreram na Europa durante o processo descrito como acumulação primitiva do capital. Esses novos cercamentos representam estratégias contemporâneas de desapropriação e concentração de terras, o que vem ocorrendo nos municípios em destaque com a frequente expansão de atividades agroflorestais e industriais, muitas vezes em detrimento de comunidades e pequenos produtores locais.

O Gráfico 3 expõe essa dinâmica de avanço do eucalipto através de uma série histórica dos anos de 2013 até 2022, o que corrobora com o processo de hegemonização do capital agroflorestal sobre o espaço rural dos municípios em questão. De acordo com os dados, as áreas de eucalipto na região cresceram de 34.304 hectares, em 2013, para 52.331 hectares, em 2022, indicando um aumento de 52,55% nesse período.

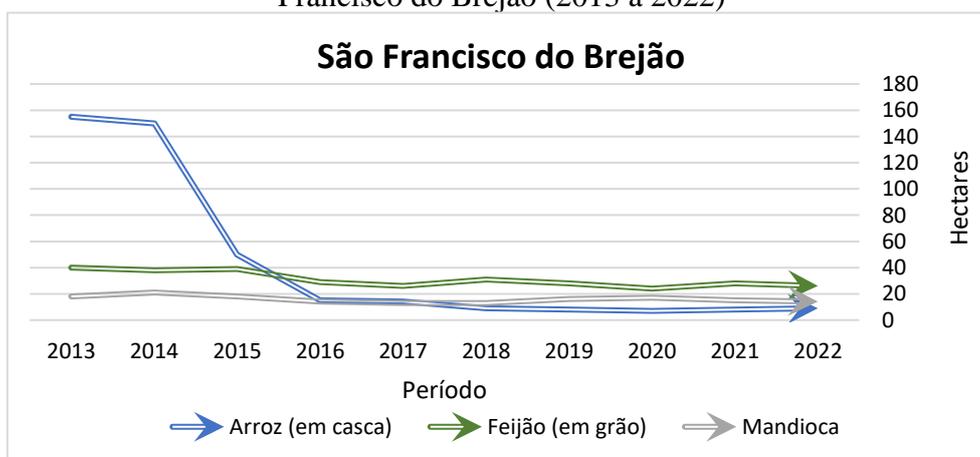
Gráfico 3 – Áreas destinadas ao cultivo de eucalipto nos municípios de Açailândia e São Francisco do Brejão



Fonte: IBGE (2024b). Org.: Os autores (2024).

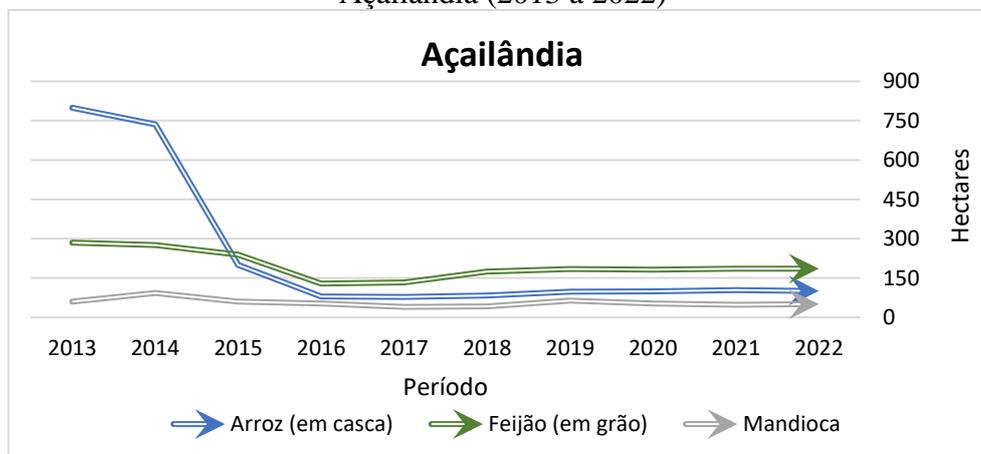
Os Gráficos 4 e 5 mostram a dinâmica de produção das atividades tradicionais do campo nos municípios de Açailândia e São Francisco do Brejão entre os anos de 2013 e 2022, destacando suas principais culturas: arroz, feijão e mandioca. Assim, em contraste com o avanço das áreas de eucalipto, observa-se a diminuição das áreas destinadas às culturas agrícolas tradicionais nessa região, com uma redução de 1.357 hectares, em 2013, para 387 hectares, em 2022, nos dois municípios.

Gráfico 4 – Áreas destinadas às principais culturas agrícolas do município de São Francisco do Brejão (2013 a 2022)



Fonte: IBGE (2024a). Org.: Os autores (2024).

Gráfico 5 – Áreas destinadas às principais culturas agrícolas do município de Açailândia (2013 a 2022)



Fonte: IBGE (2024a). **Org.:** Os autores (2024).

Cabe destacar que vários são os elementos que impactam a pequena produção agrícola dos municípios, como o êxodo rural, a falta de apoio estatal, a escassez de crédito agrícola, a diminuição da capacidade produtiva das famílias, a grilagem de terras e a especulação fundiária. Todavia, apesar disso, é importante destacar que a expansão das áreas de eucalipto também é um fator que tem contribuído para a redução da produção dos cultivos tradicionais na região (Oliveira; Paz; Silveira, 2020).

A redução das áreas de cultivos tradicionais ilustra, assim, os impactos causados pelos “novos cercamentos” resultantes da acumulação por espoliação. São impactos socioterritoriais significativos, incluindo a concentração de terras, na qual uma parcela crescente de terras agrícolas ou rurais fica sob o controle de um número reduzido de proprietários ou entidades.

Desse modo, o capitalismo engloba práticas tanto exploratórias quanto predatórias e fraudulentas, promovendo um processo de acumulação baseado na espoliação. Assim, o desenvolvimento do modo de produção capitalista está dando origem a uma nova forma de acumulação, que se beneficia das estruturas mais dinâmicas e instáveis, sob a influência do capital internacional (Harvey, 2003).

Para mensurar o grau de concentração de terra nos municípios, utiliza-se o índice de Gini Terra (IG Terra). Conforme Leite (2018) e Paulino (2011), embora o Índice de Gini (IG) seja comumente usado em estudos sobre distribuição de renda, seu cálculo

também pode ser aplicado para medir o nível de concentração de diversas variáveis, entre elas a concentração fundiária.

O Índice de Gini Terra varia de 0 a 1, sendo que valores próximos de 1 indicam maior concentração de terras e valores próximos de 0 indicam menor concentração (Leite, 2018), conforme explicado na Tabela 1. De acordo com tais critérios, foram estabelecidos os valores de IG Terra dos municípios de Açailândia e São Francisco do Brejão para determinar o grau de concentração da posse de terras.

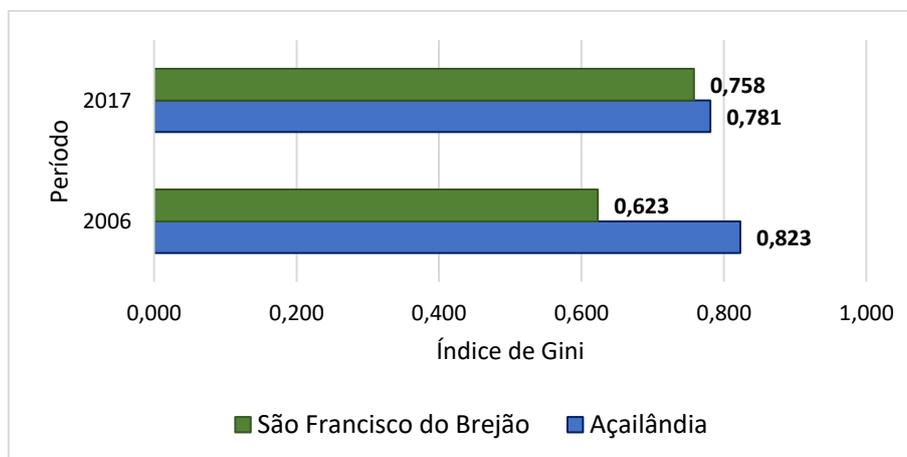
Tabela 1 – Classificação do Índice de Gini para concentração fundiária

IG Terra	Classificação
0 a 0,250	Concentração fraca
0,251 a 0,500	Concentração média
0,501 a 0,900	Concentração forte
0,901 a 1	Concentração absoluta

Fonte: Câmara (1949).

O Gráfico 6 apresenta a concentração fundiária nos municípios nos anos de 2006 e 2017. De acordo com o Gráfico, no município de Açailândia, apesar de ser um centro de influência na região, devido à sua forte presença no setor do agronegócio e da indústria, o Índice de Gini Terra apresentou redução significativa, passando de 0,823 em 2006 para 0,781 em 2017, o que sugere certa melhoria na distribuição de terras ao longo desse período. Todavia, ainda assim, Açailândia ainda apresenta forte concentração fundiária.

Gráfico 6 – Índice de Gini Terra em Açailândia e São Francisco do Brejão (2006 e 2017)



Fonte: Censo agropecuário IBGE (2012, 2018). Org.: Os autores (2023).

Por outro lado, São Francisco do Brejão registrou um aumento nos índices de Gini Terra, subindo de 0,623 para 0,758 no mesmo período. As variações indicam um possível crescimento da desigualdade na distribuição fundiária no município, consolidado como forte concentrador de terras. Nesse sentido, Oliveira (2001) pontua que o desenvolvimento capitalista moderno tem contribuído para um aumento das desigualdades, dentre elas a desigualdade atrelada à terra.

Além de cultivarem eucalipto para atender às demandas da indústria de celulose como matéria-prima e das guseiras como insumo energético, os municípios de Açailândia e São Francisco do Brejão também desenvolvem outras atividades produtivas que requerem grandes extensões de terra, como a pecuária, historicamente forte na região. Recentemente, a soja também tem ocupado vastas extensões de terra, refletindo uma expansão significativa dessa cultura na área. Essas atividades produtivas, segundo Becker (1988), demandam recursos ilimitados de terra e natureza.

Outra dinâmica evidenciada pelo processo de acumulação por espoliação é a especulação fundiária. Esse fenômeno não apenas influencia a valorização desproporcional de terras, como também impacta profundamente a dinâmica socioeconômica e territorial, exacerbando as desigualdades de acesso e uso da terra (Harvey, 2013). Para verificar o aumento da especulação, observou-se o valor médio da terra nua por hectare e em reais (VTN/ha médio e em reais), que se refere ao preço da terra no mercado sem qualquer melhoria ou produção.

A Tabela 2 expõe o VTN/ha médio e em reais nos municípios de Açailândia e São Francisco do Brejão no período de 2017 a 2020, mostrando um aumento gradual. Nesse intervalo, houve um crescimento de 43,13% no VTN/ha médio e em reais dos dois municípios. Segundo Harvey (2013), no contexto de expansão e acumulação de capital na região, a especulação imobiliária torna-se extremamente relevante na dinâmica instável do capitalismo.

O preço da terra indica sinais a que os agentes econômicos podem reagir. Assim, o mercado de terras desempenha um papel importante na racionalização das estruturas geográficas e na definição do preço da terra (Harvey, 2013). Além disso, a especulação nesse mercado pode influenciar a viabilidade de projetos agrícolas, determinando o

acesso a recursos, o que, por sua vez, gera efeitos adversos nas esferas ambiental, territorial e socioeconômica.

Tabela 2 – Valor médio da terra nua em hectares (VTN/ha) e em reais, nos municípios de Açailândia e São Francisco do Brejão

Municípios	2017	2018	2019	2020
Açailândia	414,43	423,00	444,63	453,46
São Francisco do Brejão	498,56	498,00	824,27	853,28

Fonte: INCRA (2020). Org.: Os autores (2023).

A expansão das áreas de eucalipto em Açailândia e São Francisco do Brejão gera conflitos de valores e práticas nessas localidades. Essa atividade promove um processo de reestruturação produtiva e territorial, estreitamente ligado às necessidades do mercado, em particular o mercado global. Impulsionada por interesses internacionais, a demanda por celulose, e conseqüentemente eucalipto, tem contribuído para o aumento na acumulação de capital, em um processo que reorganiza os espaços geográficos, baseando-se no acúmulo de riqueza por meio da exploração ou da expropriação de recursos e terras, muitas vezes em detrimento de comunidades locais ou de partes menos poderosas (Harvey, 2003; Oliveira, 2019).

Harvey (2003) identifica características fundamentais do processo de acumulação por espoliação, tais como: transformação da terra em mercadoria, expulsão de populações camponesas e conversão de diversas propriedades em propriedades privadas exclusivas. Tudo isso com impacto direto na dinâmica de uso da terra, sobretudo no espaço agrícola.

Nesses municípios, historicamente a acumulação por espoliação se manifesta com mais ênfase a partir da chegada das indústrias, especialmente as siderúrgicas, como parte do esforço estatal, sobretudo no final do século XX, para integrar e desenvolver a Amazônia Legal, área de localização dos municípios estudados. O Estado, junto com o capital internacional, também facilitou a implantação de grandes empreendimentos florestais na região, o que desencadeou uma série de efeitos negativos para comunidades já instaladas no local (Oliveira, 2019).

Uma dessas é a comunidade Piquiá de Baixo, em Açailândia (Figura 1), que fica próximo à fazenda de eucalipto Pequiá, administrada pela Suzano Papel e Celulose S/A. De acordo com Figueiredo *et al.* (2020), a comunidade – que se estabeleceu na região na

década de 1970 – persiste em sua luta pelo território, buscando garantir o direito à moradia em meio a um longo processo histórico marcado por intensos conflitos.

Figura 1 – Comunidade Piquiá de Baixo, Açailândia, Maranhão



Fonte: Os autores (2023).

Esse movimento teve início com a luta pela posse da terra diante da chegada dos latifundiários e continuou até os impactos ambientais causados pelas mineradoras, sobretudo a partir dos anos 1980. A instalação de grandes siderúrgicas, que utilizam o eucalipto como fonte de energia, tem gerado impactos significativos na comunidade, incluindo problemas de saúde devido à emissão de fuligem e poluição pelas indústrias, conforme destacam Figueiredo *et al.* (2020).

Os autores também observam que a instalação das siderúrgicas transformou a comunidade, introduzindo características periféricas. As empresas ocuparam os espaços dos moradores, causaram poluição ambiental e degradação no entorno. Em vista disso, a população, predominantemente composta por agricultores, viu-se gradualmente impedida de realizar suas atividades produtivas, uma vez que suas terras foram tomadas pelas indústrias. Diante desses desafios, no município de Açailândia foi iniciado um programa de realocação dessa comunidade para outra área.

A Figura 2 retrata o caso do assentamento Califórnia no município de Açailândia. Estabelecido em 1996, atualmente conta com 242 famílias. Cercando o assentamento está a fazenda de eucalipto Monte Líbano, que é gerida pela Suzano Papel e Celulose S/A e conta com uma área de 6.620,67 hectares. Alcântara (2020) relata que o assentamento já teve problemas com despejo de agrotóxicos pela Suzano, o que trouxe grande preocupação para a comunidade, que depende da agropecuária e das hortaliças para sua subsistência.

Figura 2 – Assentamento Califórnia e fazenda de eucalipto Monte Líbano em Açailândia, Maranhão



Fonte: Os autores (2023).

O impacto do grande capital é evidenciado no relato do Entrevistado A, morador da comunidade: “*A Vale vai criar uma nova ferrovia e essa ferrovia tem uma possibilidade grande de passar por dentro da Califórnia, que pode ser ferrovia de passageiro ou ferrovia de transporte*”. Isso ilustra como se dá o processo de acumulação por espoliação no assentamento, motivado por um dos importantes fatores dessa acumulação, que é a necessidade do grande capital de anular o espaço pelo tempo (Harvey, 2003, 2005).

A Figura 3 mostra a fazenda de eucalipto Serra, localizada em São Francisco do Brejão, mais precisamente no povoado Serra do Cravim. Essa fazenda detém uma área de 4.050,77 hectares, e, de acordo com a comunidade local, vem gerando diversos impactos negativos. Entre estes está o despejo de agrotóxico, que vem afetando algumas produções agrícolas, como relata o Entrevistado B: “*Aqui tá quase todo mundo atingido na Serra do Cravim, tá quase todo mundo atingido do veneno, tem limão morrendo, tudo*”.

Figura 3 – Fazendas de eucalipto no município de São Francisco do Brejão, Maranhão



Fonte: Os autores (2023).

Em relação ao uso de agrotóxico, que é fundamental dentro da dinâmica produtiva do eucalipto, o Entrevistado B demonstra preocupação: “*Esse veneno vai para onde quando vêm às águas? Vocês sabem... Tem plantações bem aí juntinho das águas dos bichos beber, de nós beber. Aí essa água vem contaminada de horror de veneno. E o que vamos beber se não é veneno?*”. Ele ainda destaca que muitos moradores foram embora do povoado por falta de terras para trabalhar e que uma moradora se mudou para o centro urbano de São Francisco do Brejão por problemas de saúde relacionados ao agrotóxico.

Nesse sentido, o processo de acumulação primitiva, que no período pré-capitalista ocorreu de forma violenta e resultou na expropriação de pequenos produtores (Marx, 2017), permanece evidente na atualidade. Hoje, esse fenômeno é descrito como acumulação por espoliação, conforme destacado por Harvey (2003), e perpetua não apenas a expropriação de terras e recursos das comunidades locais, como também contribui para a concentração de riqueza e poder nas mãos de grandes empreendimentos capitalistas.

Esse processo tem se intensificado nos municípios de Açailândia e São Francisco do Brejão, especialmente com o avanço da fronteira agrícola, onde – intrínseco a essa expansão – está o aumento das áreas de plantação de eucalipto. Dentro desse contexto, a territorialização da monocultura de eucalipto contribui para o aumento da desigualdade socioeconômica e dos conflitos agrários, provocando expropriação e prejuízos à produção agrícola de comunidades próximas a essas fazendas.

Considerações finais

Sob influência da DIT, o processo produtivo global tem resultado em uma intensa especialização produtiva, em que a produção de matéria-prima fica majoritariamente a cargo dos países periféricos. Por isso o processo produtivo nesses países requer vastos recursos naturais, sendo a terra um elemento fundamental. Nesse contexto, tem-se práticas agrícolas voltadas para exportação, que frequentemente ignoram as necessidades das populações locais, ampliando a desigualdade socioeconômica e territorial.

A acumulação por espoliação, intensificada devido à necessidade de matéria-prima pelo mercado global, permite compreender como agem os grandes empreendimentos capitalistas sobre o espaço e quais são as consequências dessa expansão do capital para o contexto local, afetando as pequenas atividades produtivas das comunidades locais.

Nos municípios de Açailândia e São Francisco do Brejão, a acumulação por espoliação tem sido uma realidade histórica, evidenciada pela chegada de indústrias, especialmente siderúrgicas, como parte dos esforços estatais para integrar e desenvolver a Amazônia Legal. Desse modo, o Estado, em colaboração com o capital internacional, influenciou a instalação de siderúrgicas que utilizam o eucalipto como recurso energético.

No entanto, foi com a instalação da indústria de celulose Suzano Papel e Celulose S/A, no início do século XXI, no município de Imperatriz, impulsionada pelas demandas globais, que as plantações de eucalipto em Açailândia e São Francisco do Brejão assumiram novas proporções. Hoje, tais áreas são destinadas a servir de matéria-prima para a produção de celulose, que também integra o processo produtivo global como matéria-prima.

A territorialização do capital agroflorestal vem, assim, intensificando a acumulação por espoliação nesses municípios, e os resultados desta pesquisa indicam como evidências desse processo o aumento da concentração fundiária, do valor da terra, da desapropriação de terras e de práticas que prejudicam a produção agrícola nas localidades próximas às áreas de eucalipto, além da diminuição dos principais cultivos agrícolas regionais.

Referências

ALCÂNTARA, F. Assentamento Califórnia, no Maranhão, é ameaçado de pulverização de veneno. *In: MOVIMENTO DOS TRABALHARES RURAIS SEM TERRA. Portal do MST*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/10/20/assentamento-california-no-maranhao-e-ameacado-de-pulverizacao-de-veneno/>. Acesso: 13 jul. 2024.

AZAR, Z. S.; ARAÚJO, F. E. de. As relações de trabalho no Maranhão: expressões da dinâmica do desenvolvimento dependente. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 20, n. esp, p. 245-251, 2016. DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v20nEp245-252>. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5975>. Acesso em: 1 jul. 2024.

BECKER, B. K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. *In: AUBERTIN, C. (org.). Fronteiras*. Brasília: Editora da UnB; Paris: ORSTOM, 1988. p. 60-89.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Exportação de Celulose**. Brasília, DF: MDIC, 2024. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 3 jul. 2024.

CÂMARA, L. A concentração da propriedade agrária no Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 77, p. 516-528, 1949.

CAVALCANTE, L. V. A territorialidade do capital no campo: agronegócio e uso corporativo do território no Ceará. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 53, p. 22-46, maio/ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i53.6016>. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6016>. Acesso em: 29 jan. 2025.

CUNHA, R. C. Ocupação e o desenvolvimento das duas formações socioespaciais do Maranhão. **CaderNAU: Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 133-152, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cnau/article/view/5525>. Acesso em: 2 jul. 2024.

FERREIRA, A. J. A. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11082009-141934/pt-br.php>. Acesso em: 15 jan. 2024.

FIGUEIREDO, C. A. S. *et al.* Vida, terra e minério: as histórias de vida dos moradores de Piquiá de Baixo em Açailândia-MA em rede. **Revista Observatório**, Palmas, v. 6, n. 5, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2020v6n5a9pt>. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/9439>. Acesso em: 5 jul. 2024.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 21. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1986.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, Brasil, 2003.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
IBÁ – Indústria Brasileira de Árvores. **Relatório Anual IBÁ 2023**. São Paulo: IBÁ, 2024. Disponível em: <https://iba.org/datafiles/publicacoes/relatorios/relatorio-anual-iba2023-r.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**: segunda apuração. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 7 jul. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultadosdefinitivos>. Acesso em: 7 jul. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Malha Municipal. *In*: IBGE. **Malhas territoriais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774malhas.html>. Acesso em: 3 jul. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção agrícola municipal. *In*: IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/5457>. Acesso em: 1 jul. 2024.

IBGE. Produção extrativista e da silvicultura. *In*: IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/5930>. Acesso em: 3 jul. 2024.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Pauta de Valores de Terra Nua para Titulação. *In*: INCRA. **Governança fundiária**. Brasília, DF: Incra, 2020. Disponível em: www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/pauta-de-valores-de-terra-nua-para-titulacao. Acesso em: 5 jul. 2024.

KRÖGER, M. Globalization as the ‘pulping’ of landscapes: forestry capitalism’s North-South territorial accumulation. **Globalizations**, London, v. 10, n. 6, p. 837-853, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/14747731.2013.814433>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14747731.2013.814433>. Acesso em: 17 jul. 2024.

LEITE, A. Z. Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do índice de Gini. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 21, n. 43, p. 10-28, 2018. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i43.5559>. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5559>. Acesso em: 5 jul. 2024.

MAPBIOMAS. **Plataforma de mapas e dados MapBiomias Brasil**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org>. Acesso em: 3 jul. 2024.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro primeiro. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATIAS, M. **A implantação da indústria de celulose no Maranhão**: Celmar na Região Tocantina. Belém: Seminário Consulta Carajás, 1994. (Cartilha n. 3).

MESQUITA, B. A. *et al.* Formação Socioeconômica do Estado do Maranhão. *In*: CASTRO, E. R.; CAMPOS, Í. (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2015. p. 225-319. (Coleção Formação Regional da Amazônia, 2).

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos reforma agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/H7WMxZswgv6zR6MZJx5DHCm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 jul. 2024.

OLIVEIRA, A. B. Indústria de celulose e o avanço da silvicultura do eucalipto na fronteira agrícola da Amazônia maranhense. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 301-327, abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n71p301>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n71p301>. Acesso em: 5 jul. 2024.

OLIVEIRA, A. B.; PAZ, D. A. S.; SILVEIRA, K. C. Expansão da silvicultura do eucalipto e transformações no uso da terra em municípios do Oeste Maranhense. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú, v. 6, n. 19, p. 1-24, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18764/2446-6549.202006>. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/14148>. Acesso em: 2 jul. 2024.

OLIVEIRA, A. B.; SILVA, D. L. Reestruturação produtiva da cadeia de papel e celulose em Imperatriz – MA: terra, transportes e trabalho. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 51, p. 133-156, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i51.6452>. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6452>. Acesso em: 17 jul. 2024.

OLIVEIRA, A. B.; PAZ, D. A. de S.; PEREIRA, A. M. Grandes projetos agro-minero-exportadores na inserção da silvicultura do eucalipto na Amazônia maranhense. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 79, p. 219-231, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCG227954119>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/54119/31042>. Acesso em: 5 jul. 2024.

OLIVEIRA, A. B.; PEREIRA, A. M.; ARAÚJO, J. A. V. Da fronteira agrícola aos territórios do agronegócio florestal: avanços da silvicultura de eucalipto sobre a agricultura familiar nos municípios de Imperatriz e Cidelândia, Maranhão, Brasil. **GeoTextos**, Salvador, v. 17, n. 2, p. 89-115, dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/geo.v17i2.46449>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/46449>. Acesso em: 2 jul. 2024.

OLIVEIRA, A. B.; PAZ, D. A. S.; SALLES, J. S. J. Territorialização do capital agroflorestal sobre o uso da terra na Região Tocantina do Maranhão, Brasil. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 18, n. 49, p. 140-164, abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT184967443>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/67443>. Acesso em: 13 jan. 2024.

PAULINO, E. T. Estrutura fundiária e dinâmica socioterritorial no campo brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 111-128, set./dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.4215/RM2011.1023.0009>. Disponível em: <https://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/589>. Acesso em: 5 jul. 2024.

PEREIRA, M. F. V. A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 347-355, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000200009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/SHBvQFnZdz4qbnxdZpTFYDw/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

PERPETUA, G. M.; KRÖGER, M.; THOMAZ JUNIOR, A. Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 20, n. 40, p. 61-87, set./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.47946/nera.v0i40.5357>. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5357>. Acesso em: 17 jul. 2024.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROLIM FILHO, C. M. **Formação econômica do Maranhão: de província próspera a estado mais pobre da federação – o que deu tão errado?** 2016. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/23037/1/2016_ClaudiomarMatiasRolimFilho.pdf. Acesso em: 15 jan. 2024.

SPOSITO, E. S.; SANTOS, L. B. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

Recebido em 18/08/2024. Aceito para publicação em 03/02/2025.
--